Acta da Assembleia Geral do Atractor
de 30 de Maio de 2006

A reunião teve início às 15h10m, estando presentes os seguintes representantes de associados colectivos:

· Judite Ventura Conceição Monteiro Barbedo de Magalhães (Associação de Professores de Matemática)
· Manuel Alves de Oliveira (Câmara Municipal de Ovar)
· Eduardo Rêgo (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)
· António José Lopes (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra)
· Maria de Fátima Pires de Carvalho (Sociedade Portuguesa de Matemática)
· Paulo Renato Trincão (Universidade de Aveiro)
· Maria Assunção Costa Lima (Universidade do Porto)
· Susana Ferreira (Ciência Viva)
· Maria de Fátima Pacheco (Escola Superior de Tecnologia e de Gestão do Instituto Politécnico de Bragança),

bem como os seguintes associados individuais:

· Manuel Leite Arala Chaves
· José Carlos de Sousa Oliveira Santos
· Eduardo Manuel Souto de Sousa Veloso
· João da Providência Santarém e Costa
· Ana Cristina de Azevedo Machado Oliveira
· Adérito Luís Martins Araújo
· Miguel Caetano de Oliveira Filgueiras
· Judite Ventura Conceição Monteiro Barbedo de Magalhães

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral observou que a ordem de trabalhos tem quatro pontos e propôs que as votações só fossem feitas após as discussões dos três primeiros. Arala Chaves fez notar que o segundo ponto se refere ao futuro e não ao passado.

1. Apresentação e discussão do Relatório e Contas do exercício do ano 2005

Arala Chaves começou por falar dos aspectos do Relatório não ligados ao Centro de Ovar, tendo começado por falar do DVD, um dos projectos mais ambiciosos até hoje empreendidos pelo Atractor. Previa-se que estivesse pronto no fim de 2005, mas surgiu depois a ideia de uma ampliação substancial. Essa parte encontra-se quase concluída. Há na Internet uma versão Java de uma parte do DVD (em local ainda sem apontadores a partir da parte pública do site). O DVD está em cinco línguas e feito de maneira a ser fácil incluir mais. Isto foi conseguido graças ao apoio benévolo de vários colegas.

Em 2005, o Atractor teve três bolseiros da Fundação Calouste Gulbenkian que enviaram três artigos de divulgação para revistas de Matemática, já aceites para publicação. Vários dos colaboradores do Atractor desenvolveram novas aptidões relativas a linguagens de programação. No caso dos bolseiros da Fundação para a Ciência e Tecnologia, havia o problema de as bolsas serem somente por três anos e estarem quase a terminar, pelo que se procurou o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian que permitiu a sua prorrogação.

O Atractor colaborou com o PENCIL[1], que é um projecto europeu no âmbito do qual o Pavilhão do Conhecimento está a desenvolver o programa Ludo-Mathematics, em colaboração com a Associação

[1] Permanent EuropeaN resource Centre for Informal Learning

Atractor, a Associação de Professores de Matemática, a Sociedade Portuguesa de Matemática e o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE.

A Reitoria da Universidade do Porto convidou o Atractor a participar em 2005 na Universidade Júnior, nas actividades para o 5º e 6º anos, tendo o convite sido renovado para o ano 2006.

O Atractor participou na candidatura ao projecto PROBLEMA[2]. Um dos parceiros naquele projecto desistiu na data limite para a entrega da candidatura. O projecto teve uma apreciação positiva, mas foi rejeitado, por pouca diversificação dos países envolvidos. Os promotores decidiram, já em 2006, apresentar uma nova candidatura, da qual só em Agosto se saberá se é aceite.

O Atractor continuou a desenvolver imagens estereoscópicas. A divulgação destas imagens em grande escala depende da produção de *kits* a preços suficientemente baixos. Além disso, há o problema de os prismas empregues serem polidos à mão, em vez de serem feitos mecanicamente, o que exige um controle individual moroso. Relativamente a estes problemas, houve contactos encorajadores com o Departamento de Engenharia de Polímeros da Universidade do Minho. Se fosse possível produzir os *kits* a baixo custo, poder-se-ia pensar em distribuir um CD com imagens estereoscópicas num jornal de grande tiragem.

Devido à transferência de parte das instalações da Reitoria para o edifício central, na Praça Gomes Teixeira, o local da versão «fixa» da exposição *Simetria – jogos de espelhos* mudou para o edifício da Rua D. Manuel II, em duas salas cedidas pela Reitoria da Universidade do Porto.

O Atractor também colaborou com o Centro italiano Matematita, tendo cedido algumas imagens àquele Centro e tendo traduzido para português parte do site italiano.

O Atractor submeteu diversas candidaturas no âmbito do programa Ciência Viva VI:

- *Matemática interactiva para invisuais*: Feito em parceria com a DREN - Centro de Produção de Material (Ministério da Educação), o Laboratório de Inteligência Artificial e Ciência de Computadores (Universidade do Porto) e o Laboratório de Sinais e Sistemas (da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto). O projecto foi aprovado na íntegra.
- *Módulos expositivos de Matemática*: Feito em parceria com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Instituto Politécnico de Bragança) e a Escola Secundária Filipa de Vilhena. Foi aprovado o financiamento de dois dos três módulos propostos.
- *Exposição de Topologia e Sistemas Dinâmicos*: Feito em parceria com o Matematita (Itália). O projecto não foi aceite, mas, juntamente com a rejeição, houve também uma proposta no sentido de reencaminhar o projecto para outro programa da FCT, entretanto aberto.

O Atractor também foi parceiro e consultor na preparação de uma candidatura de um projecto do Centro de Promoção Social do Furadouro intitulado *Cientistas de Palmo e Meio*, que foi aprovada.

Há que destacar o apoio prestado ao Atractor pela Universidade do Porto e, em particular, pela Faculdade de Ciências daquela Universidade, em termos de instalações.

A Porto Editora contactou o Atractor e quer colaborar com este. Já teve lugar uma visita àquela empresa e está prevista uma visita recíproca. Arala Chaves fez notar que, se se vier a concretizar alguma contribuição do Atractor, em termos de material, para o site da Porto Editora, ela terá de ficar acessível na parte não paga desse site.

Foi mencionado que numa reunião da direcção do Atractor se discutiu a possibilidade de este organizar (juntamente com outras entidades) um *workshop* sobre divulgação da Matemática, cuja localização não teria lugar necessariamente no Porto. Esse *workshop* teria uma utilidade acrescida se o centro de Ovar avançasse, pois permitiria mais facilmente associar outras entidades e pessoas à concepção de novos módulos.

António José Lopes observou que não fora divulgado o parecer do Conselho Fiscal nem distribuídos os mapas de contas. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral leu então o parecer. Foi ainda esclarecido por Arala Chaves que os mapas só haviam sido enviados ao Conselho Fiscal e que fora

[2] PROmote a Better LEarning in MAthematics

esse o procedimento habitual nos anos anteriores, mas acrescentou que rapidamente seriam feitas fotocópias, se assim o desejassem. Ninguém considerou isso necessário.

Eduardo Veloso foi de opinião que os conteúdos do site do Atractor têm pouca visibilidade e que deveria ser imaginado algum processo de os dar mais a conhecer.

Quanto à visibilidade do site do Atractor, Arala Chaves disse que há duas possibilidades: divulgar mais o site e fazer com que quem entre nele saiba mais facilmente tudo o que lá pode encontrar.

Maria Pires de Carvalho lembrou os artigos redigidos por colaboradores do Atractor e o artigo para a *Newsletter* da *European Mathematical Society*, escrito por Arala Chaves, que serão publicados em breve, e fez ainda notar que os associados deviam também divulgar mais o trabalho do Atractor.

2. Situação do Centro de Ovar

Arala Chaves recordou que a situação do Centro de Ovar foi longamente debatida na última Assembleia Geral (AG) e lembrou alguns pontos na evolução da situação: houvera em 2004 uma candidatura ao POCTI para obter financiamento daquele Centro, lançada pelo Atractor com base num acordo entre ele, o Ciência Viva e a Câmara e essa candidatura nunca tivera qualquer resposta, positiva ou negativa, apesar de vários ofícios do Atractor, pedindo uma clarificação da situação. Aquando da AG de 2005, a situação era de impasse. Arala Chaves recordou que nessa AG fora considerado que o previsível reforço do Ciência Viva, face à nova situação política, poderia vir a traduzir-se por uma viabilização do Centro de Ovar, mas também fora referido que «*a insistência nesta solução de Ovar - que se continua a pensar que seria excelente – terá porventura desencorajado outras propostas mais viáveis e haverá que ponderar abertamente alternativas, que os Associados possam vir a apresentar: é melhor vir a dispor de um Centro algures do que continuar a insistir na solução de Ovar se ela se revelar inviável*». Arala Chaves lembrou ainda que nessa AG o Professor Baltazar, Director da Faculdade de Ciências (UP), referira que havia vários projectos que tinham sido previstos e que já se sabia naquele momento que não teriam hipóteses de ser executados até ao fim de 2006, pelo que, se surgisse um projecto com capacidade para ser executado durante 2006, teria grandes chances de ser rapidamente contemplado. Fora decidido nessa AG de 2005 actuar o mais depressa possível, em concertação com a Câmara, dado o curto prazo disponível, que se julgava então ser até final de 2005. Arala Chaves referiu ainda que o que foi feito relativamente ao Centro de Ovar, desde a AG de 2005 até à presente data, estava resumido numa cronologia que fora distribuída e ficaria apensa à acta da presente AG. Quanto aos prazos, afinal eram diferentes do que se supusera na última AG: entrega da candidatura até final de 2006 e Centro concluído até final de 2008.

Manuel Alves de Oliveira revelou sentir constrangimento ao falar no assunto, lamentou que tivesse passado tanto tempo sem se ter chegado a uma solução consensual para o problema do Centro de Ovar e referiu que este projecto continua a ser um objectivo estratégico para a Câmara. O projecto inicial estava orçamentado em cerca de 4 milhões de euros e isso representa para a Câmara encargos demasiado elevados para as suas possibilidades. Havia ainda uma dificuldade de ordem legal, segundo os juristas da Câmara: como poderia a Câmara Municipal de Ovar fazer um investimento desta ordem e não ser proprietária do imóvel? Face a esta situação, havia três alternativas:

- reduzir os custos do projecto para valores que estivessem em consonância com os normalmente gastos nos Centros Ciência Viva,

ou adquirir um edifício e adaptá-lo, havendo, neste caso, duas hipóteses que foram consideradas:

- instalar o Centro num local industrial, que está perto de um «novo centro» que se está a criar em Ovar;
- instalar o Centro num local da parte antiga da cidade.

A Câmara encara a possibilidade de adaptar um imóvel existente na zona industrial (e que nunca foi usado), cujo custo de aquisição é de 550.000€, para aí instalar o Centro de Ovar, desde que com a aceitação do Atractor. Está-se aqui a trabalhar com um *plafond* de 2.000.000€. Manuel Alves de Oliveira recordou que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), na reunião havida em Janeiro na Câmara de Ovar, afirmara que o apoio do Ministério ao Centro seria para Ovar ou não existiria. Leu em seguida uma carta do Ciência Viva a dizer quais as condições desejáveis para este

projecto. Disse também que, caso aquela proposta de localização do Centro seja aceite, a Câmara abrirá um concurso público para concepção do projecto e execução da obra. Paralelamente, tem que se estabelecer dois protocolos: um relativo à cedência de instalações e aos conteúdos e outro relativo à gestão do Centro, tendo precisado que, neste, o termo «gestão» não se refere nem à gestão científica nem à pedagógica, sendo estas da responsabilidade do Atractor. Recordou que, pela lei do orçamento de estado, as câmaras estão impossibilitadas de recrutar pessoal, pelo que o pagamento do pessoal teria de ser feito através de uma verba que a Câmara atribuiria ao Atractor. Por outro lado, manifestou vontade de celebrar o contrato de compra e venda do imóvel, relativamente ao qual já decorreram negociações, e de abrir o concurso para a concepção e execução, referentes ao edifício.

Susana Ferreira afirmou que a candidatura, para ser viável, necessita da assinatura de homologação do ministro até 31 de Dezembro e que só pode ser submetida após adjudicado o concurso. Ora, demorando o processo da candidatura até poder ser homologada, cerca de seis meses, estamos no prazo-limite. Afirmou também que o Atractor fica com a responsabilidade de todo o espaço: a exploração do Centro e a contratação de pessoal seriam também feitas pelo Atractor.

Arala Chaves observou que anteriormente se previa um custo de 3.800.000€, incluindo adaptação do edifício existente e do pequeno anfiteatro, construção do novo edifício térreo e do bar, arranjo dos espaços exteriores, aquisição de equipamento (incluindo ar condicionado, segurança, rede informática, equipamentos do anfiteatro e do bar) e produção de todos os conteúdos expositivos; dessa verba, metade seria coberta por fundos comunitários e a outra metade pela Câmara Municipal de Ovar. No cenário actual, a verba global prevista é de 2.000.000€, incluindo a aquisição do edifício pela Câmara e os conteúdos, e, desse total, a Câmara pagará metade. Lembrou também que em 16 de Fevereiro de 2006 houve uma visita aos dois novos locais encarados para o Centro e uma reunião com a Câmara, em que se discutiu a mudança de localização do Centro, tendo, uma semana depois, a direcção do Atractor comunicado a sua escolha (o edifício novo na Zona Industrial). Apesar de ser melhor a localização central do edifício da antiga fábrica do papel, não se optou por essa solução, dada a ausência de espaço exterior, a menor área, o estado de degradação do edifício e a dificuldade previsível em se poder analisar atempadamente um projecto de recuperação do mesmo.

Arala Chaves lembrou ainda que, naquela reunião de 16 de Fevereiro, também foi levantada a questão dos conteúdos: numa alteração radical relativamente ao que anteriormente sempre fora considerado, a Câmara pretendia agora que o Atractor fosse entidade fornecedora de conteúdos, vendendo-os à Câmara, o que significaria que tanto o Centro como os conteúdos se tornariam propriedade da Câmara Municipal de Ovar. Sem estar em causa a boa-vontade da Câmara, haveria no entanto o risco de, no futuro, ela – não necessariamente representada pelo actual executivo – vir a atribuir a gestão do Centro de Ovar a outra entidade que não o Atractor. A posição da Direcção do Atractor nesta matéria é indissociável do modo como encara a produção de conteúdos matemáticos para o Centro, do esforço, envolvimento e mesmo «carolice» que isso representa a nível individual, incompatíveis com uma solução em que não fique assegurado que o resultado final desse esforço venha a ser pertença do Atractor e por ele controlado. Claro que a situação seria diferente, no caso de um Centro cujos conteúdos estivessem à venda em firmas especializadas e fossem comprados mediante uma escolha por catálogo. Nesse caso, o papel do Atractor seria o de mero consultor na escolha e seria admissível que os módulos escolhidos ficassem propriedade da entidade financiadora. Arala Chaves mencionou ainda, a título de um exemplo nessas condições, que visitou o Centro Ciência Viva de Sintra, que vai abrir brevemente e cujos conteúdos foram adquiridos ao Experimentarium da Dinamarca. A Direcção entendeu que o Atractor não pode ser somente um fornecedor de conteúdos; embora a questão da localização fosse considerada secundária, a da posse dos conteúdos foi tida como importante. Uma posição clara nesse sentido é transmitida por escrito à Câmara e ao Ciência Viva, em 21 de Fevereiro, logo a seguir à reunião mencionada acima e esse ofício nunca teve uma resposta de nenhum dos destinatários. Numa reunião posterior com a Câmara Municipal de Ovar, foi equacionada uma possibilidade mais fraca (para o Atractor) do que aquela em que a propriedade dos conteúdos seria do Atractor. No entanto, não foi enviado ainda à direcção do Atractor um documento formal, redigido pelos serviços jurídicos da Câmara Municipal de Ovar com uma proposta do protocolo regulamentando estes aspectos. O que ficou previsto que conste desse protocolo foi que:

1. se o Atractor for dissolvido, então os conteúdos revertem para a Câmara Municipal de Ovar;
2. se o Centro de Ovar for encerrado por razões exteriores ao Atractor, então este torna-se proprietário dos conteúdos.

Eduardo Rêgo quis saber o que se entende por «conteúdos», tendo-lhe Arala Chaves explicado que o termo se refere aos objectos físicos das exposições.

Manuel Alves de Oliveira explicou que a Câmara Municipal de Ovar não faz questão de ser proprietária do conteúdos, mas que não pode deixar de o ser, visto que os paga, e daí ter sido encontrada a fórmula de gestão exclusiva pelo Atractor. Acrescentou ainda que a minuta do protocolo será transmitida à direcção do Atractor.

Susana Ferreira esclareceu que os Centros Ciência Viva são diferentes uns dos outros. Em particular, nuns, os conteúdos são comprados a instituições estrangeiras e noutros não. Susana Ferreira referiu também que o mesmo projecto não pode ter duas candidaturas por diferentes instituições. A situação actual resultou de a Câmara Municipal de Ovar ser a entidade que se iria candidatar ao financiamento.

Paulo Renato Trincão disse que a situação actual resulta das restrições legais e levantou também a questão de se saber quem é responsável pelos conteúdos.

Arala Chaves quis saber detalhes sobre a impossibilidade de duas entidades se candidatarem ao mesmo financiamento. Acrescentou que, quando a Direcção, no seu ofício de 21 de Fevereiro, pôs como condição para avançar com o Centro que o Atractor conservasse a posse dos módulos expositivos, tinha plena consciência que essa condição podia não ser aceite. Se isso sucedesse, a Direcção não teria avançado com o Centro e teria convocado uma Assembleia Geral extraordinária, só que, como já dissera antes, esse ofício nunca teve resposta. Não se entende aliás a razão para esse silêncio, se havia um entendimento tão óbvio que os imperativos legais não permitiam que os conteúdos ficassem a pertencer ao Atractor. Disse também que uma decisão sobre a possibilidade ou não de o Centro de Ovar avançar só poderá ser tomada perante um documento escrito que terá de ser enviado pela Câmara.

Eduardo Veloso sugeriu que, estando em preparação na Câmara Municipal de Ovar uma minuta de protocolo, poder-se-á realizar uma Assembleia Geral extraordinária após a recepção do documento, a fim de o analisar.

Miguel Filgueiras disse que, como membro da direcção do Atractor, gostaria de saber a posição dos associados relativamente a esta matéria. Também quis saber se o nome do Centro de Ovar terá ou não na designação a palavra «Atractor».

Manuel Alves de Oliveira reafirmou que a Câmara cede de uma forma exclusiva a gestão dos conteúdos e que os juristas têm de encontrar uma solução em relação às cláusulas. Disse também nunca ter pensado na questão do nome, tendo sugerido a possibilidade de ser *Atractor - Centro de Ciência Viva de Ovar.*

Susana Ferreira disse que a questão do nome já fora discutida e que sempre se presumiu que seria precisamente aquele.

Relativamente à questão da convocação de uma Assembleia Geral extraordinária, Arala Chaves disse que isso faria com que não houvesse tempo suficiente para a candidatura, tendo Eduardo Veloso dito que se pode somente suspender a presente Assembleia Geral e não encerrá-la. Susana Ferreira deu uma sugestão alternativa: a presente Assembleia poderia mandatar a direccção do Atractor no sentido de poder tomar tal decisão. Esta sugestão teve o apoio de João da Providência e Costa e de Paulo Renato Trincão.

Susana Ferreira lembrou que se a Câmara Municipal de Ovar decidisse encerrar o Centro de Ovar teria de devolver o dinheiro.

Manuel Alves de Oliveira fez uma intervenção no seguinte sentido: sendo a Câmara Municipal de Ovar, como se vê do anteriormente referido, a principal contribuinte para a criação do Centro – aquisição de um edifício para sede própria do Centro, sua manutenção e despesas de funcionamento na sua totalidade – é difícil aceitar as sucessivas objecções, que entende de importância mínima, que o Atractor tem levantado quanto a um acordo de funcionamento e gestão do futuro Centro; que não compreende o fundamento dessas objecções e que não estará disposto a aceitar continuar a discutir indefinidamente tais questões, admitindo o abandono do projecto, por parte da Câmara, se esta situação se prolongar.

Maria de Fátima Pacheco indagou se há ou não alguma sintonia entre a Câmara Municipal de Ovar e o Atractor, tendo-lhe sido dito por Miguel Filgueiras que há um acordo de princípio mas que

também há aspectos por clarificar. Fez também notar que, embora o Atractor não invista dinheiro, investe esforço e que quem cria os módulos quer que sejam usados por quem saiba fazê-lo. Manuel Alves de Oliveira lembrou que quem fará a gestão será o Atractor e não a Câmara Municipal de Ovar. Miguel Filgueiras continuou, afirmando não acreditar que as pessoas que se envolveram na realização da Matemática Viva o tivessem feito se o destino dos módulos fosse diferente do previsto.

Arala Chaves disse ser-lhe difícil responder a parte do que tinha sido dito, pois não queria tornar certas coisas irremediáveis. Esclareceu que o Atractor até hoje nunca aceitara fornecer conteúdos para outras instituições antes de existir um Centro com módulos pertencentes ao Atractor. Ora, o que se estava a delinear em relação ao Centro de Ovar implicava que esse Centro não poderia ser considerado do Atractor, uma vez que este não teria o controle total dos módulos, que iriam pertencer à Câmara. Acrescentou que considerava a posição da Câmara legítima e que o Atractor nunca tentara minimizar a importância dos argumentos da Câmara, mesmo quando conduziam a soluções que o Atractor entendia não poder aceitar.

Eduardo Rêgo quis dispor de mais informações relativas às despesas, tendo Arala Chaves dito que a Câmara Municipal de Ovar investiria 1.000.000€, sendo metade para conteúdos no sentido mais lato, isto é, que envolve a rede informática, equipamento do auditório, etc. O Atractor apenas pretende garantir a posse dos módulos propriamente ditos, não do equipamento. Poder-se-á fazer uma comparação com a Matemática Viva, que custou cerca de 62.000 contos, incluindo a rede informática interna, o Quarto de Ames e todos os outros módulos.

António José Lopes foi de opinião que é preciso pôr por escrito o protocolo.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral propôs que se passasse às votações e que a Assembleia Geral fosse considerada suspensa para poder ser reatada a curto prazo, caso a Direcção considerasse essencial voltar a ouvir a Assembleia Geral perante eventual desacordo com a minuta produzida pelos serviços jurídicos da Câmara Municipal de Ovar, dando-se por encerrada caso isso não aontecesse.

Manuel Alves de Oliveira exprimiu a sua concordância e assumiu o compromisso de enviar o mais rapidamente possível o projecto de protocolo. Lembrou ainda que a Câmara Municipal de Ovar tem que ser proprietária dos conteúdos e que a gestão será do Atractor. Além disso, pediu à direcção do Atractor para fazer uma estimativa dos custos de gestão. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral quis saber se o Ciência Viva se comprometia a fazer tal estimativa, tendo Susana Ferreira dito que podia fornecê-la no prazo de uma semana, mas fazendo notar que só pode fazer uma tal estimativa baseando-se nos custos de gestão dos centros do Ciência Viva já existentes.

A proposta do Presidente da Mesa foi aprovada por consenso.

3. Votação do relatório e contas do ano 2005 e do orçamento e plano de actividades para 2006

O Relatório e Contas do exercício de 2005 foram aprovados por unanimidade, bem como o Plano de Actividades e Orçamento para 2006.

O Conselho Fiscal propôs um voto de louvor à direcção do Atractor, o qual foi aprovado com cinco abstenções e sem votos contra.

4. Outros assuntos

Susana Ferreira propôs que, de futuro, sejam enviados a todos os associados os documentos relativos à contabilidade antes das Assembleias Gerais.

O Presidente da Mesa propôs que para que a acta ficasse aprovada bastassem as assinaturas dos membros da mesa, não tendo havido objecções.

J. da Providência

E. Vieira

José Carlos Santos